

Demonstrações Financeiras Intermediárias

Austral Resseguradora S.A.

Em 30 de junho de 2016 com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias



Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2016

Índice

Relatório da Administração da Austral Resseguradora S.A	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras interme	ediárias2
Demonstrações financeiras intermediárias auditadas	
Balanços patrimoniais Demonstrações do resultado	
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	10



Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras intermediárias referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016.

A Austral Resseguradora S.A. ("Austral Re") foi autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar com resseguro e retrocessão em 1º de fevereiro de 2011, por meio da Portaria SUSEP nº 3.908.

A Austral Re é um ressegurador local que oferece, além da capacidade em resseguro, um serviço voltado à necessidade de cada um de nossos clientes, com a realização de uma subscrição responsável, buscando eficiência na alocação de capital e o desenvolvimento do mercado, associado a uma gestão de risco constante e cautelosa.

Os prêmios de resseguros líquidos de comissão atingiram nesse semestre R\$118,8 milhões, enquanto os prêmios ganhos atingiram R\$132,8 milhões. O índice de sinistralidade geral ficou em 52% (sinistros ocorridos/prêmios ganhos líquidos de comissão de resseguro) e o índice de sinistralidade retida ficou em 65,3%. O lucro antes de impostos e participações foi de R\$15 milhões enquanto o lucro líquido do semestre atingiu R\$12,5 milhões. Nosso índice combinado atingiu 99%, mantendo-se abaixo de 100% em pouco mais de cinco anos de operação.

A política de investimentos da Austral Re, adequada à realidade dos negócios da Companhia e aderente aos normativos vigentes, gerou um resultado financeiro de R\$14,3 milhões. Os Administradores da Companhia declaram possuir capacidade financeira que viabilize as perspectivas para os próximos exercícios. Ademais, declaram não haver nesse semestre qualquer título ou valor mobiliário classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

A Austral Resseguradora planeja continuar sua trajetória de crescimento e consolidação no mercado, mantendo sua política de subscrição de forma técnica e buscando manter a diversificação da carteira com o objetivo de reduzir a volatilidade da mesma, em linha com o plano de negócios inicial. Ao final do semestre, o patrimônio líquido da Austral Re, era de R\$271,3 milhões. Ao patrimônio líquido de R\$266,4 milhões do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, somaram-se o lucro líquido do semestre de R\$12,5 milhões, R\$2,2 milhões em remuneração baseada em ações e ajuste com títulos e valores mobiliários e subtraíram-se R\$9,8 milhões em distribuição de juros sobre capital próprio.

Por fim, a Austral Re, agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e às demais autoridades do setor pelo apoio e pelas orientações oferecidas ao longo deste semestre, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2016.

Administração.



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 5° ao 10° andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro – RJ - Brasil

Tel: (5521) 3263-7000

ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Ilmos. Srs.
Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Austral Resseguradora S.A.**Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Austral Resseguradora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Responsabilidade dos auditores independentes--Continuação

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Resseguradora S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2016.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/F-6

Marcelo Felipe L. de Sá Contador CRC-1RJ094644/O-0



Balanços patrimoniais 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

A.C.	30/06/2016	31/12/2015
Ativo Circulante	693.166	711.908
Disponível	24.521	27.059
Caixa e bancos	24.521	27.059
Aplicações (Nota 6)	282.679	275.261
Títulos de renda fixa - públicos	233.302	224.149
Quotas de fundos de investimentos	49.377	51.112
Créditos das operações com resseguros (Nota 8)	227.429	251.351
Operações com seguradoras	170.428	189.802
Operações com resseguradoras	57.001	61.549
Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Notas 9 e 15)	146.569	140.557
Prêmios de retrocessão diferidos	78.567	75.706
Sinistros com retrocessão	53.695	47.856
Recuperação de sinistros ocorridos mas não avisados	10.539	14.270
Provisão de excedente técnico	3.768	2.725
Títulos e créditos a receber	7.314	12.912
Créditos a receber	416	1.820
Créditos tributários (Nota 10)	6.716	11.040
Outros créditos	182	52
Despesas antecipadas	146	-
Despesas administrativas	146	-
Custos de aquisição diferidos (Nota 11)	4.508	4.768
Comissões diferidas com resseguros	4.508	4.768
Ativo não circulante	97.955	104.987
Realizável a longo prazo	96.864	103.928
Aplicações (Nota 6)	54.958	47.622
Títulos de renda fixa - públicos	54.958	47.622
Créditos das operações com resseguros (Nota 8)	11.658	20.209
Operações com seguradoras	11.658	20.209
Ativos de retrocessão - provisões técnicas Notas 9 e 15)	30.015	35.424
Prêmios de retrocessão diferidos	23.707	35.424
Sinistros pendentes de pagamento	6.308	-
Custos de aquisição diferidos (Nota 11)	233	673
Comissões diferidas com resseguros	233	673
Imobilizado (Nota 12)	559	390
Bens móveis	327	390
Outras imobilizações	232	-
Intangível (Nota 13)	532	669
Outros intangíveis	532	669
Total do ativo	791.121	816.895
i viai uv ali fV	131.121	010.030

[AUSTRAL] Re

	30/06/2016	31/12/2015
Passivo Circulante	458.372	481.334
Contas a pagar	13.502	9.566
Obrigações a pagar	11.629	7.187
Impostos e encargos sociais a recolher	1.002	221
Encargos trabalhistas	744	466
Impostos e contribuições	127	1.692
Débitos das operações com resseguros	119.686	133.231
Prêmio a restituir	250	21
Operações com resseguradoras (Nota 14)	113.520	123.892
Corretores de seguros e resseguros	5.870	7.471
Outros débitos operacionais	46	1.847
Depósito de terceiros	114	256
Depósitos de terceiros	114	256
Provisões técnicas com resseguradoras (Nota 15)	325.070	338.281
Provisão de prêmios não ganhos	129.788	134.390
Provisão de sinistros a liquidar	129.491	124.733
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	59.344	72.821
Provisão de excedente técnico	6.447	6.337
Passivo não circulante	61.453	69.174
Títulos e créditos a receber	4.903	5.632
Tributos diferidos	4.903	5.632
Débitos das operações com resseguros	17.698	18.934
Operações com resseguradoras (Nota 14)	17.698	18.934
Provisões técnicas com resseguradoras (Nota 15)	38.852	44.608
Provisão de prêmios não ganhos	26.795	40.518
Provisão de sinistros a liquidar	12.057	4.090
Patrimônio líquido (Nota 17)	271.296	266.387
Capital social	220.179	209.479
Aumento de capital em aprovação		10.700
Reserva de capital	2.126	1.962
Reservas de lucros	46.592	46.592
Ajuste com títulos e valores mobiliários	(291)	(2.346)
Lucros acumulados	2.690	-
Total do passivo e patrimônio líquido	791.121	816.895



Demonstrações do resultado Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação - em reais)

	30/06/2016	30/06/2015
Prêmios de resseguros	118.820	234.495
Variações das provisões técnicas	13.963	(6.043)
Prêmios ganhos (Nota 20)	132.783	228.452
Sinistros ocorridos (Nota 22a)	(69.016)	(201.624)
Custos de aquisição (Nota 22b)	(4.432)	(4.858)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 22c)	(9.189)	(42.904)
Resultado com retrocessão (Nota 22d)	(38.617)	41.106
Despesas administrativas (Nota 22e)	(6.907)	(5.553)
Despesas com tributos (Nota 22f)	(3.934)	(6.262)
Resultado financeiro (Nota 22g)	14.263	21.637
(=) Resultado antes dos impostos e participações	14.951	29.994
Imposto de renda (Nota 18)	(1.214)	(7.540)
Contribuição social (Nota 18)	(983)	(4.531)
Participações sobre o lucro	(224)	(1.105)
(=) Lucro líquido do semestre	12.530	16.818
Quantidade de ações	211.100.409	202.675.339
Lucro líquido por lote de mil ações - em reais	0,06	0,08



Demonstrações do resultado abrangente Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	30/06/2016	30/06/2015
Lucro líquido no semestre	12.530	16.818
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do semestre em períodos subsequentes		
Variação valor justo ativos financeiros disponíveis para venda Efeito do imposto de renda e contribuição social	3.736 (1.681)	14 (6)
Outros resultados abrangentes do semestre, líquido dos impostos	2.055	8
Total de outros resultados abrangentes do semestre, líquidos dos impostos	14.585	16.826



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

				Reserva	s de lucros			
	Capital social	Capital social (em aprovação)	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	209.479	-	1.300	1.634	16.009	167	-	228.589
Lucro líquido do semestre Incentivo baseado em ações (Nota 21) Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	- - -	- - -	- 431 -	- - -	- - -	- - 8	16.818 - -	16.818 431 8
Saldos em 30 de junho de 2015	209.479	-	1.731	1.634	16.009	175	16.818	245.846
Saldos em 31 de dezembro de 2015	209.479	10.700	1.962	3.797	42.795	(2.346)	-	266.387
Aprovação do aumento capital social (Nota 17a) Lucro líquido do semestre Incentivo baseado em ações (Nota 21) Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda Juros sobre capital próprio (Nota 17c)	10.700 - - - -	(10.700) - - - -	- - 164 - -	- - - -	: : :	- - - 2.055 -	- 12.530 - - - (9.840)	12.530 164 2.055 (9.840)
Saldos em 30 de junho de 2016	220.179	-	2.126	3.797	42.795	(291)	2.690	271.296



Demonstrações dos fluxos de caixa Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	30/06/2016	30/06/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre Ajustes para	12.530	16.818
Depreciações e amortizações	210	350
Incentivo baseado em ações	164	431
•	12.904	17.599
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(12.699)	(12.865)
Créditos das operações com resseguros	32.473	(18.927)
Ativos de retrocessão - provisões técnicas	(603)	(42.148)
Ativos fiscais diferidos	(730)	820
Títulos e créditos a receber	5.598	607
Despesas antecipadas	(146)	(132)
Custos de aquisição diferidos	700	(441)
Impostos e contribuições	586	10.601
Débitos das operações com resseguros	(14.781)	9.216
Obrigações a pagar	(5.120)	(1.706)
Provisões técnicas com resseguradoras	(18.967)	61.968
Depósitos de terceiros	(142)	124
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.369)	(8.416)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(2.296)	16.300
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(242)	(3)
Aquisição de intangível		(200)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(242)	(203)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de juros sobre capital próprio		(2.351)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	-	(2.351)
Aumento (redução) líquido (a) no caixa e equivalentes de caixa	(2.538)	13.746
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	27.059	11.805
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	24.521	25.551



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Austral Resseguradora S.A. com sede no Brasil e matriz domiciliada na cidade do Rio de Janeiro - RJ ("Resseguradora" ou "Companhia") é uma sociedade de capital fechado, e tem por objeto a exploração de operações de resseguros e retrocessão em todos os ramos de seguro, conforme definidos na legislação vigente, em todo o território nacional, podendo participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Em 31 de janeiro de 2011, foram homologadas pela Portaria SUSEP nº 3.908 as deliberações tomadas por seus acionistas, realizadas em Assembleia Geral Extraordinária, em 27 de dezembro de 2010, bem como a autorização para Austral Resseguradora S.A., operar com resseguros e retrocessão.

Em 06 de outubro de 2011, a Austral Participações S.A. passou a ser a acionista e detentora de 100% das ações da Companhia.

Em 05 de setembro de 2014, os acionistas da Austral Participações S.A. aprovaram, a participação do International Finance Corporation - IFC como acionista da Companhia, mediante o aumento de capital social da Austral Participações S.A. em R\$79.000.

A entrada do International Finance Corporation - IFC como acionista com participação qualificada indireta na Austral Resseguradora S.A. foi ratificado pela Portaria SUSEP nº 6.130/2014, publicada no Diário Oficial da União em 24 de dezembro de 2014, tendo sido ratificado na referida portaria que não houve alteração do bloco de controle da Austral Participações S.A.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias

a) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas, com base nesse princípio.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias --Continuação

b) <u>Declaração de conformidade</u>

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP - (doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP").

A Circular SUSEP nº 517, emitida em 30 de julho de 2015, e suas alterações dispõem sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradores locais, com vigência a partir da data de publicação, revogando a Circular SUSEP nº 508, emitida em 09 de janeiro de 2015.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Resseguradora em 31 de agosto de 2016.

c) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional da data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço. As diferenças decorrentes da conversão são lançadas diretamente contra o resultado do período.

d) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras intermediárias são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- · Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- · Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP; e
- · Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias --Continuação

d) Base para mensuração--Continuação

Conforme permitido pelo CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Resseguradora aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil aos seus contratos de seguro, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de resseguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências e tributos diferidos.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, conforme comentado na Nota 4.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Disponível

Incluem dinheiro em caixa e saldos positivos em contas corrente, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

b) Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de sua aquisição e reavalia a sua classificação no mínimo a cada data de balanço. A Resseguradora classifica seus ativos financeiros conforme as categorias, segundo CPC nº 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração:

1. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título.

II. Títulos disponíveis para venda

A Resseguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

b) Ativos financeiros--Continuação

III. Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a database do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de resseguros e retrocessão, tais como saldo de prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras, são classificados pela Resseguradora nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável - *impairment* Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor determinado na aceitação do contrato, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário.

c) <u>Instrumentos financeiros derivativos</u>

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliado subsequentemente também ao valor justo.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Resseguradora classifica formalmente e documenta a relação à qual a Resseguradora deseja aplicar a contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Resseguradora irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge*.

A Resseguradora não possuía instrumentos financeiros derivativos na data de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias, nem efetuou transações com instrumentos derivativos no semestre findo em 30 de junho de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

d) Reconhecimento e mensuração de contratos de resseguro

Contratos de resseguro são contratos em que a Resseguradora acorda com uma seguradora a aceitação de um único risco ou uma carteira de riscos, podendo, inclusive, aceitar parte dos mesmos. Nestes contratos, a Resseguradora obriga-se a pagar as indenizações relativas a sinistros cobertos pela cedente, e devidamente amparados pelo contrato de resseguro. De forma geral, a Resseguradora determina se apresenta risco de resseguro significativo, por meio da comparação dos prêmios recebidos com os sinistros a pagar se o evento segurado tivesse ocorrido.

Os contratos de resseguro visam resguardar os interesses das seguradoras, por meio de redução de volatilidade da seguradora, ampliação de capacidade, diminuição de exigência de capital, troca de expertise, dentre outros.

Para os contratos facultativos e não proporcionais, os prêmios de resseguro e as despesas de comercialização são registrados no momento da aceitação do contrato, líquidos dos respectivos custos de contratação, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Já para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é conhecido em data posterior. Assim, a emissão é realizada uniformemente ao longo da vigência do contrato, utilizando o prêmio estimado informado pela cedente no momento da aceitação do mesmo, salvo quando é conhecida alguma sazonalidade de emissão. Dessa forma, parcela de prêmio ganho reconhecida no resultado decorre do padrão de emissão acima exposto.

e) Ativos e passivos de retrocessão

Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores de curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos retrocessionários. Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos aos retrocessionários são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de retrocessão, consistente com o valor dos ativos de resseguro na medida em que são retrocedidos. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação de retrocessão são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

e) Ativos e passivos de retrocessão--Continuação

A Resseguradora analisa a recuperação dos ativos de retrocessão regularmente, no mínimo, a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Resseguradora reduz o valor contábil do ativo de retrocessão ao seu valor estimado de recuperação, e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

No semestre findo em 30 de junho de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foi verificada a necessidade de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro e retrocessão da Resseguradora.

f) Passivos de resseguro

A Resseguradora utilizou as diretrizes do CPC nº 11 - Contratos de Seguro para avaliação dos contratos de resseguro e conversão das demonstrações financeiras, aplicando as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de resseguro tais como teste de adequação de passivos, avaliação do valor recuperável de ativos de retrocessão, verificação da adequação do limite de retenção praticado, dentre outras políticas aplicáveis.

Adicionalmente, a Administração não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência na avaliação de contratos de resseguro. As provisões técnicas decorrentes de contratos de resseguros, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e os conceitos atuariais internacionalmente difundidos, aplicáveis aos resseguradores locais autorizados a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Para cada provisão técnica foi desenvolvida, pelo atuário responsável técnico, uma nota técnica atuarial com seus critérios, parâmetros e fórmulas, em atendimento à Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, conforme especificado a seguir:

· Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG

É constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo, contemplando a estimativa para contratos vigentes e não emitidos. Para cálculo da parcela de riscos vigentes já emitidos, utilizou metodologias diferenciadas para cada tipo de contrato de resseguro e a exposição ao risco de cada contrato em linha com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

- f) Passivos de resseguro--Continuação
 - · Provisão de Prêmios Não Ganhos PPNG--Continuação

A parcela de provisão de prêmio não ganho de riscos vigentes e não emitidos - PPNG-RVNE é estimada apenas para os contratos facultativos, utilizando uma metodologia de taxas médias de atraso verificadas na carteira da Resseguradora. Esse fator de atraso médio subjetivamente selecionado é aplicado sobre a provisão de prêmio não ganho - PPNG de riscos já emitidos para obtenção da provisão de prêmio não ganho de riscos vigentes e não emitidos - PPNG-RVNE. Essa metodologia de cálculo permite uma adequação rápida da provisão a qualquer inconsistência verificada nos testes de consistência da provisão para os meses anteriores. Juntamente com a constituição da PPNG-RVNE, a Companhia estima também valores de prêmios e comissões de corretagem de riscos vigentes e não emitidos, calculando também uma estimativa de diferimento dessa comissão de corretagem.

· Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL

Corresponde à melhor estimativa enviada pela cedente para o valor a ser pago pela Resseguradora ajustada à experiência de mercado e, nos casos de sinistros avisados de forma individual, à avaliação feita pela regulação da Companhia do valor informado pela cedente.

Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR

Tem como objetivo estimar a responsabilidade da Resseguradora perante os sinistros já ocorridos, porém ainda não conhecidos. A provisão de sinistros ocorridos e não avisado é calculada por tipo de contrato, seguindo uma analogia a metodologia de percentuais padrões definidos na Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015. Para alguns contratos proporcionais com características específicas, a Resseguradora utiliza uma metodologia alternativa que tem por objetivo mensurar os sinistros esperados da companhia nesse tipo de contrato.

· Provisão de Excedente Técnico - PET

Tem como objetivo provisionar os valores devidos de acordo com o resultado do contrato. Neste conceito estão incluídos os pagamentos de participação nos lucros (*profit comission* e no *claims bonus*), comissão escalonada (*sliding scale*). O cálculo desta provisão será efetuado por contrato na data de apuração destes valores e de acordo com o critério específico estabelecido em cada contrato.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

- f) Passivos de resseguro--Continuação
 - · Provisão de Excedente Técnico PET--Continuação

A provisão destes valores será ajustada ou revertida a medida que tais valores sejam confirmados com a cedente ou retrocessionário ou efetivamente pagos ou recebidos.

· Provisão de Despesas Relacionadas - PDR

É constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, e abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

g) Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição são registrados quando da aceitação dos contratos e apropriados ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas comissões é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio.

A tabela abaixo demonstra dois prazos médios de diferimento dos grupos das operações da Resseguradora:

- Prazo médio de vigência das apólices inseridas nos contratos de resseguro, utilizado para diferimento dos prêmios emitidos em determinado mês.
- Prazo médio total de diferimento dos contratos de resseguro, ou seja, prazo médio total para que o prêmio de determinado contrato seja integralmente ganho.

	30 de junh	o de 2016	31 de dezen	nbro de 2015
Grupos	Prazo médio de vigência das apólices inseridas no contrato de resseguro (em meses)	Prazo de diferimento total do contrato de resseguro (em meses)	Prazo médio de vigência das apólices inseridas no contrato de resseguro (em meses)	Prazo de diferimento total do contrato de resseguro (em meses)
Patrimonial	16	23	16	24
Riscos especiais	14	15	14	15
Responsabilidades	13	22	13	21
Automóvel	12	24	12	25
Transportes	12	24	12	26
Riscos financeiros	36	48	36	48
Pessoas coletivo	12	16	9	10
Rural	6	18	6	18
Outros	12	23	9	15
Marítimos	12	24	12	23
Aeronáutico	13	19	13	19



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

h) Reconhecimento de sinistros e despesas

Os sinistros decorrentes de resseguros incluem todos os eventos que ocorrem durante o período, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos, o valor reduzido representado por salvados e outros montantes recuperados e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de períodos anteriores.

i) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear.

O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

j) Intangível

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- · É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- · A Administração pretende concluir o software e usá-lo.
- · Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

j) <u>Intangível</u>--Continuação

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software e, incluem os custos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

k) Recuperação de ativos financeiros

Por ocasião de encerramento de balanço, a Resseguradora avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativo financeiro, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperação do ativo pelas operações são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

I) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

A Resseguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

Ativos contabilizados ao custo amortizado--Continuação

Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço.

Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios a receber de resseguros e retrocessão a partir de estudos econômicos de perdas incorridas, e riscos de inadimplência entre outros fatores. A constituição de *impairment* será registrada quando necessário de acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015.

Se, em período subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido também na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno.

m) Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do semestre e anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O imposto de renda foi calculado com base no resultado do período, pela alíquota de 25%. A contribuição social foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 15% até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor. O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. As diferenças temporárias serão utilizadas para reduzir ou aumentar lucros tributários futuros. A Companhia semestralmente reavalia o montante de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em relação à performance operacional e projeção do lucro tributável e, se necessário, reduz os valores para o valor esperado de realização.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

n) <u>Teste de adequação de passivo</u>

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, em cada data de balanço a Resseguradora avalia as obrigações decorrentes dos contratos de resseguro vigentes na data-base através do teste de adequação de passivo. A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP instituiu e definiu a regra para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e suas orientações.

O teste de adequação de passivo - TAP foi realizado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseado em dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas, consistentes com as informações presentes no mercado financeiro.

Em resumo, o teste de adequação de passivo - TAP compara os fluxos de caixa estimados que venham a surgir no cumprimento das obrigações assumidas pela Resseguradora, decorrentes do cumprimento dos contratos de resseguro, com as provisões constituídas pela Companhia na data-base, deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados.

A Resseguradora elaborou uma metodologia que representa a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros utilizando premissas atuais, realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida no teste, agrupando os contratos de resseguro pelos grupos de ramos estabelecidos na regulamentação vigente.

A Companhia apresenta apenas fluxos de direitos e obrigações em moeda nacional e em dólar. Dessa forma, para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais foi utilizada a ETTJ livre de risco pré-fixada da SUSEP. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, utilizou-se a curva cupom dólar, disponibilizada no site da SUSEP.

Os testes de adequação de passivos realizados para o semestre findo em 30 de junho de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015 indicaram que as provisões constituídas nas referidas datas, deduzidas da comissão de corretagem diferida e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de resseguro, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco, não havendo necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

n) <u>Teste de adequação de passivo</u>--Continuação

Além disso, a comparação entre a provisão de prêmio não ganho - PPNG constituída (deduzida das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados) com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer da Resseguradora, não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura.

o) Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Segundo o pronunciamento CPC nº 25 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

As provisões são constituídas a partir de uma série de análise individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, dos processos administrativos e judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em um desembolso futuro. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

p) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que, a contabilização dos prêmios de resseguros ocorre, nos contratos não proporcionais e facultativos, na data de aceitação dos riscos cobertos. Para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é conhecido em data posterior. Assim, a emissão é realizada uniformemente ao longo da vigência do contrato, utilizando o prêmio estimado informado pela cedente no momento da aceitação do mesmo, salvo quando é conhecida alguma sazonalidade de emissão de prêmios da cedente.

Os prêmios de resseguros e retrocessão e as correspondentes despesas de comercialização são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

p) Apuração do resultado--Continuação

Os prêmios emitidos de resseguro contemplam o total de prêmios a receber pactuado nos contratos de resseguro celebrados durante o período contábil e eventuais ajustes que venham a surgir, no período contábil, para prêmios a receber com relação a emissões de períodos contábeis anteriores, em conformidade com a informação enviada pelas seguradoras.

A partir do exercício de 2014, a Companhia iniciou o reconhecimento da parcela de prêmios relativa aos riscos vigentes e não emitidos - Prêmio RVNE tendo em vista que passou a ter uma base histórica de prêmios mais consistente de forma a efetuar uma estimativa do valor do Prêmio RVNE de forma confiável. Os prêmios emitidos de retrocessão contemplam o total de prêmios a pagar pactuado nos contratos de retrocessão, celebrados durante o período contábil e eventuais ajustes de períodos anteriores, de forma consistente com os prêmios de resseguro que foram objeto de retrocessão.

q) Resultado por ação

Em atendimento ao pronunciamento CPC nº 41, a Companhia apresenta o resultado por ação para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do semestre, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações disponíveis na data. Em 30 de junho de 2016 e 2015, a Companhia não possuía ações preferenciais.

r) <u>Incentivo baseado em ações</u>

O incentivo dos executivos baseado em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do período em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

r) <u>Incentivo baseado em ações</u>--Continuação

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado e é designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas e políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

a) Avaliação de passivos de contratos de resseguros

Conforme permitido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil. As provisões técnicas que representam os passivos de contratos de resseguro dos ramos em que a Resseguradora atua são: provisão de prêmios não ganhos - PPNG, provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes mas não emitidos - PPNG-RVNE, provisão de sinistros a liquidar - PSL, provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR, provisão de despesas relacionadas - PDR e provisão de excedente técnico - PET.

As provisões técnicas da Resseguradora são calculadas de acordo com metodologias conhecidas no mercado, estando em conformidade com todos os requisitos e orientações estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O comportamento da carteira de resseguros da Companhia é acompanhado mensalmente a fim de prever e estabelecer critérios adequados para mensuração de suas provisões.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

--Continuação

a) Avaliação de passivos de contratos de resseguros--Continuação

Os sinistros são analisados pelo comportamento histórico da base e pela expectativa de perda total da carteira, podendo ser analisado em maiores detalhes por principal linha de negócio e tipo de sinistro. Grandes sinistros serão, em geral, considerados separadamente, através da constituição de reserva pelo valor nominal das estimativas de perda ou por meio da projeção separada para refletir o seu comportamento futuro.

Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas poderão não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação a sinistros, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar de sinistros) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros considerados possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas.

b) Provisão para recuperação de ativos de resseguros e retrocessão

Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações de seguro e retrocessão. Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não houve indícios que os valores a receber não seriam recuperados.

c) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa mensalmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não houve indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

--Continuação

e) Provisões para contingências

A Resseguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. Como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolva benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro

a) Gestão de risco de resseguro

O principal risco para a Resseguradora nos contratos de resseguro é o de que pagamentos de sinistros não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, sua gravidade, valores efetivamente pagos, histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Resseguradora é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos.

A exposição de risco acima é reduzida por meio da diversificação da carteira de contratos de resseguros. A diversificação de riscos é também melhorada por meio de seleção criteriosa e a implementação de diretrizes saudáveis e prudenciais sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante para realização de eventuais ajustes.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro--Continuação

a) Gestão de risco de resseguro--Continuação

A Resseguradora adquire retrocessão como parte do seu programa para redução de volatilidade e ampliação de capacidade. A retrocessão cedida é colocada em bases proporcionais e não proporcionais. Na retrocessão proporcional a Companhia cede os riscos na mesma proporcionalidade em que seus sinistros são recuperados. Para as retrocessões não proporcionais, as retrocessionárias se comprometem a pagar o valor do sinistro que excede um determinado limite (prioridade) contratualmente acordado, minimizando assim a perda da Resseguradora.

Valores a recuperar junto às retrocessionárias estão estimados de forma consistente com a provisão de sinistros a liquidar, de acordo com os contratos de resseguro. Apesar da Resseguradora apresentar contratos de retrocessão, não está isenta das suas obrigações diretas frente aos detentores dos contratos de resseguro, existindo assim uma exposição de crédito em relação a retrocessão cedida, na extensão em que cada retrocessionária não possa satisfazer suas obrigações assumidas nos contratos de retrocessão.

Para a gestão dos riscos de resseguros, a Companhia mantém políticas, processos e procedimentos operacionais para avaliação de riscos nos grupos de ramos em que opera. A política de subscrição norteia a tomada de decisões, as ações e os procedimentos adotados na subscrição de riscos da carteira. Os parâmetros adotados para a elaboração de orçamento e definição das metas (produção, comissionamento, sinistralidade, resultado, entre outros), são atingíveis, sustentáveis e condizentes com a estrutura e capital da Companhia e visam à geração de lucros estáveis e contínuos.

A Resseguradora subscreve riscos em todos os grupos de ramos, considerando os fatores técnicos de cada ramo e contrato. A política de subscrição é suportada pela norma de subscrição de riscos da carteira, procedimentos de subscrição e pelo regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados, periodicamente revisados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Para fins de precificação dos riscos da carteira, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a globalidade da carteira, são adotadas diversas modelagens, consolidadas na comunidade atuarial, como referências para a precificação. Dentre as principais metodologias de precificação encontram-se: análise histórica, atrito e severidade, exposição e experiência.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro--Continuação

b) Teste de sensibilidade das atividades operacionais

A Resseguradora tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade da mesma, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados.

De acordo com a administradora dos recursos financeiros da Companhia, a Vinci Gestora de Recursos Ltda., tais investimentos geravam uma exposição cujo *Value at Risk* (VAR) paramétrico com nível de confiança de 95%, horizonte de um dia e histórico de duzentos e cinquenta e dois dias úteis era de 0,15% do patrimônio da carteira, conforme Nota 5.e, ou 0,28% com nível de confiança de 99%. A Resseguradora também considera em sua análise o comportamento da sua carteira em cenários de stress dos principais fatores de risco que compõem seus ativos, descritos abaixo:

- Estrutura da curva a termo do IPCA: variação de 300 pontos base ou 3% de forma equânime em todos os vértices da curva a termo de inflação - IPCA - inferida pela curva de juros das NTN-B.
- Estrutura da curva a termo da taxa de juros no Brasil: variação de 500 pontos base ou 5% de forma equânime em todos os vértices da curva a termo de juros
- · Câmbio: variação de 10% na taxa de câmbio.

	Cenário A (**)			Cenário B (**)	
Fatores de risco	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos	Fatores de risco	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos
Inflação Pré fixado Câmbio Total	+300 bps ^(*) +500 bps ^(*) +10%	(14.600) (540) 3.547 (11.593)	Inflação Pré fixado Câmbio Total	-300 bps ^(*) -500 bps ^(*) -10%	14.600 540 (3.547) 11.593

^(*) Bps = pontos base, sendo 1 bp = 0.01%.

Além dos cenários acima expostos, os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado pela Companhia em cada período. Para realizar um teste de sensibilidade, adotou-se como premissa o agravo de 10% da sinistralidade incorrida por grupo de ramo observado nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2016 e 2015.

^(**) Informações fornecidas pela a Administradora dos recursos financeiros da Companhia (Vinci Gestora de Recursos Ltda.).



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro--Continuação

b) <u>Teste de sensibilidade das atividades operacionais</u>--Continuação

A tabela abaixo apresenta as sinistralidades ocorridas utilizadas no teste de sensibilidade proposto:

Sinistralidade

	30 de junho de 2016			
Grupo	Sinistralidade agravada	Variação de sinistro de resseguro	Variação de sinistro, líquido de retrocessão	
Patrimonial	84,7%	2.542	1.278	
Riscos especiais	10,0%	326	126	
Responsabilidades	23,0%	74	60	
Automóvel	74,7%	102	109	
Transportes	85,4%	1.020	666	
Riscos financeiros	14,6%	277	58	
Pessoas coletivo	59,8%	1.420	845	
Rural	93,5%	818	1.051	
Outros	47,5%	665	644	
Marítimos	6,1%	16	606	
Aeronáutico	10,0%	657	73	
Total		7.917	5.516	

	30 de junho de 2015			
Grupo	Sinistralidade agravada	Variação de sinistro de resseguro	Variação de sinistro, líquido de retrocessão	
Patrimonial	73,0%	1.530	1.024	
Riscos especiais	0,8%	1	16	
Responsabilidades	48,0%	59	54	
Automóvel	107,1%	624	602	
Transportes	84,1%	790	572	
Riscos financeiros	1,2%	21	12	
Pessoas coletivo	30,5%	1.870	1.566	
Rural	206,5%	7.967	1.336	
Outros	149,7%	7.244	1.311	
Marítimos	1,3%	1	81	
Aeronáutico	21,1%	55	40	
Total		20.162	6.614	

O impacto sobre o resultado e patrimônio líquido da Resseguradora após impostos e contribuições em 30 de junho de 2016 seria um aumento de despesas no montante de R\$3.036 (R\$3.968 em 30 de junho de 2015).



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro--Continuação

c) Gestão de riscos financeiros

A política de investimentos define as diretrizes para a alocação dos recursos em títulos e valores mobiliários bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises de cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, a Resseguradora considera a sua necessidade de caixa e o casamento dos seus ativos e passivos seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada através de análise e monitoramento diários da carteira.

A Resseguradora possui um comitê de investimentos que se reúne para analisar ao desempenho da carteira, traçar cenários prospectivos e com isso definir as linhas gerais para os investimentos nos meses a seguir.

d) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. As análises de risco de créditos são baseadas em rating determinado por agências classificadoras de riscos.

A Resseguradora possui negócios apenas com resseguradores bem avaliados pelas agências de rating, apresentando operações com seis resseguradores locais, dezoito resseguradores admitidos, e vinte e três resseguradores eventuais. Nesse painel, as classificações mais baixas são: Standard & Poor's (A-), Fitch (A-), Moody's (Aa3) e A.M Best Company (A-).

Adicionalmente, a Resseguradora possui exposição de R\$1.156 em 30 de junho de 2016 e R\$8.637 em 31 de dezembro de 2015, com negócios aceitos em resseguro, tendo como contraparte sociedades seguradoras. Esta exposição em risco de crédito foi calculada em conformidade com o artigo 5º do anexo I da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro--Continuação

e) Risco de mercado

Consiste na possibilidade de perdas, em função de flutuação desfavorável do valor dos investimentos da Resseguradora. O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* - VAR que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

Em 30 de junho de 2016, o *Value at Risk* - VAR paramétrico com nível de confiança de 95%, horizonte de um dia e histórico de duzentos e cinquenta e dois dias úteis era de 0,15% do patrimônio da carteira. Em paralelo a esse controle, a Resseguradora desenvolveu um modelo para cálculo do capital de risco de mercado baseado nos princípios estabelecidos na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015.

f) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de uma Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos. A Administração possui visibilidade diária da carteira da Companhia, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente quando necessário à posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A Resseguradora tem por filosofia ser conservadora em seus ativos financeiros entendido com a soma da sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros, tendo como base suas obrigações com as contrapartes. Atualmente, a Resseguradora possui 86% (85% em 31 de dezembro de 2015) de seus ativos financeiros em depósitos bancários, LFT, LTN e NTN-B, títulos esses que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 8% (9% em 31 de dezembro de 2015) dos ativos financeiros são compostos por outros fundos de investimento com prazo de resgate inferior a 120 dias.

Vale ressaltar que a Resseguradora faz um bloqueio em ativos líquidos, ou seja, todos aqueles aceitos pelo Conselho Monetário Nacional em até 100% na cobertura das provisões técnicas, de 20% do capital de risco, mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco, conforme disposto na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro--Continuação

f) Risco de liquidez--Continuação

	30 de junho de 2016				
	Sem	Até	De 1 a	+ de	
Ativos e passivos	vencimento	1 ano	2 anos	2 anos	Total
Caixa e bancos	24.521	_	_	_	24.521
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	49,377	25.638	104.814	102.850	282.679
Ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	54.958	54.958
Crédito das operações de resseguros	_	227,429	11.658	-	239.087
Títulos e créditos a receber		7.314	-	-	7.314
Total de ativos	73.898	260.381	116.472	157.808	608.559
Contas a pagar	_	13.502	_	_	13,502
Débitos das operações de resseguros	-	119.686	17.698	_	137,384
Provisões técnicas com resseguradoras (líquidos de retrocessão)	-	178.501	8.837	-	187.338
Depósito de terceiros		114	-	-	114
Total de passivos		311.803	26.535	-	338.338
		31	de dezembro d	e 2015	
	Sem	Até	De 1 a	+ de	
Ativos e passivos	vencimento	1 ano	2 anos	2 anos	Total
Caixa e bancos	27.059	-	_	_	27.059
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	51.112	-	47.149	177.000	275.261
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	47.622	47.622
Crédito das operações de resseguros	_	251.351	20.209	· <u>-</u>	271.560
	-				
Títulos e créditos a receber		12.912	-	-	12.912
Total de ativos	78.171		67.358	224.622	
Total de ativos	78.171	12.912 264.263	-	224.622	12.912 634.414
Total de ativos Contas a pagar	78.171	12.912 264.263 9.566	67.358	224.622	12.912 634.414 9.566
Total de ativos Contas a pagar Débitos das operações de resseguros	78.171	12.912 264.263 9.566 133.231	67.358	224.622 - -	12.912 634.414 9.566 152.165
Total de ativos Contas a pagar	78.171 - - - -	12.912 264.263 9.566	67.358	- 224.622 - - - -	12.912 634.414 9.566



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

6. Ativos financeiros

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

	30 de junho de 2016								
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual contábil da carteira	Percentual de curva da carteira
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC		1.486	207.664		209.150	209.121	C20/	C29/
Letras financeiras do tescuro - LFT Letra do tescuro nacional - LTN Quotas de fundos de investimentos II. Títulos disponíveis para venda:	PRE -	- - 49.377	1.486 24.152 -	207.664	:	24.152 49.377	24.108 49.377	62% 7% 15%	62% 7% 15%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-		3.817	51.141	54.958	55.490	16%	16%
Total		49.377	25.638	211.481	51.141	337.637	338.096	100%	100%
	31 de dezembro de 2015								
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual contábil da carteira	Percentual de curva da carteira
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado									
Letras financeiras do tesouro - LFT Letra do tesouro nacional - LTN Quotas de fundos de investimentos	SELIC PRE	51.112	-	201.864 22.285	-	201.864 22.285 51.112	201.881 22.737 51.112	63% 7% 16%	62% 7% 16%
II. Títulos disponíveis para venda: Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA		-	3.610	44.012	47.622	51.890	15%	16%
Total		51.112	-	227.759	44.012	322.883	327.620	100%	100%

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, informado pelos administradores dos respectivos fundos.

O valor de mercado das ações de companhias de capital aberto bem como dos fundos imobiliários listados que a Resseguradora possui em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador.

b) Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- · Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 01" cuja precificação é direta ou indiretamente observável.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

6. Ativos financeiros--Continuação

b) Hierarquia de valor justo--Continuação

	30 de junho de 2016			31 de dezembro de 2015			
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total	
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado Fundos de investimento							
Quotas de fundos de investimentos	-	34.260	34.260	-	33.785	33.785	
Quotas de fundo imobiliário Títulos de renda fixa - públicos	-	15.117	15.117	4.924	12.403	17.327	
Letras financeiras do tesouro - LFT	209.150	-	209.150	201.864	-	201.864	
Letras do tesouro nacional - LTN	24.152	-	24.152	22.285	-	22.285	
II. Títulos disponíveis para venda Títulos de renda fixa - públicos							
Notas do tesouro nacional - NTN-B	54.958	-	54.958	47.622	-	47.622	
Total	288.260	49.377	337.637	276.695	46.188	322.883	

Em 30 de junho de 2016, a Companhia possui 2.893 (3.310 em 31 de dezembro de 2015) Letras Financeiras do Tesouro - LFT, que somam R\$22.860 (R\$21.421 em 31 de dezembro de 2015), disponibilizadas ao Banco Itaú S.A. como contra garantia a uma letra de crédito.

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015	275.261	47.622	322.883
(+) Aplicações(-) Resgates(+) Rendimentos(+/-) Ajuste ao valor justo	19.345 (30.171) 17.847 397	34.821 (36.376) 5.155 3.736	54.166 (66.547) 23.000 4.135
Saldo final em 30 de junho 2016	282.679	54.958	337.637



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

7. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil – BACEN, através da Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, com suas alterações posteriores, e a SUSEP, através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte dos resseguradores locais. Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	30/06/2016	31/12/2015
Provisão de prêmios não ganhos Provisão de sinistros a liquidar Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR Provisão de excedentes técnicos	156.583 141.548 59.344 6.447	174.908 128.823 72.821 6.337
Total das provisões técnicas	363.922	382.889
Direitos creditórios Custo de aquisição diferido redutores de PPNG Recuperação de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR Recuperação de provisão de sinistros a liquidar - PSL Provisão de prêmio não ganho de retrocessão Provisão de excedentes técnicos	(83.708) (1.070) (10.539) (60.003) (48.273) (3.768)	(84.572) (1.137) (14.270) (47.856) (51.717) (2.725)
Total das exclusões	(207.361)	(202.277)
Total das provisões técnicas para cobertura	156.561	180.612
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas Letras Financeiras do Tesouro - LFT Notas do Tesouro Nacional - NTN Letras do Tesouro Nacional - LTN Quotas de fundos de investimento financeiro Quotas de fundo de investimento imobiliário	99.897 54.625 24.152 16.967 	119.533 47.622 22.285 15.770 17.327
Total de ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	210.758	222.537
Suficiência	54.197	41.925



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

8. Crédito das operações com resseguros

	30/06/2016	31/12/2015
Prêmios a receber - circulante	208.626	223.746
Prêmios a receber - não circulante	11.658	20.209
Total circulante e não circulante	220.284	243.955
Aging de prêmios a receber: Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	33.975	40.335
De 31 a 60 dias	6.794	11.682
De 61 a 120 dias	6.320	4.934
De 121 a 180 dias	62.189	48.255
De 181 a 360 dias	92.710	107.717
Superior a 360 dias	11.658	20.209
Total de prêmios a vencer	213.646	233.132
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	2.537	7.961
De 31 a 60 dias	4.101	2.862
Total de prêmios vencidos	6.638	10.823
Total de prêmios a receber	220.284	243.955
Recuperação de corretagem	7	-
Recuperação de sinistro efetivamente pago	10.411	17.948
Participações nos lucros a receber	8.261	9.623
Outros créditos a receber	124	34
Total de crédito das operações	239.087	271.560
Movimentação dos prêmios a receber		
Saldo inicial	243.955	242.271
(+) Prêmios emitidos	107.165	484.948
(-) Recebimentos	(130.836)	(483.264)
Saldo final	220.284	243.955



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

9. Ativos de retrocessão - provisões técnicas

	30/06/2015	31/12/2015
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	10.539	14.270
Recuperações de sinistros pendentes de pagamento	60.003	47.856
Prêmios de retrocessão diferidos dos contratos emitidos	102.274	111.130
Provisão de Excedente Técnico	3.768	2.725
Total do circulante e não circulante	176.584	175.981

24 /4 2 /2015

20/06/2015

10. Créditos tributários

Em 30 de junho de 2016, o valor de R\$6.716 (R\$11.040 em 31 de dezembro de 2015) referese a: (i) R\$6.074 (R\$6.488 em 31 de dezembro de 2015) referente aos créditos tributários do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, calculados sobre o saldo da Provisão de Sinistro a Liquidar - PSL e Sinistros Ocorridos mas não Avisados – IBNR; (ii) R\$629 (R\$4.552 em 31 de dezembro de 2015) referente aos créditos tributários de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; e (iii) R\$13 referentes aos créditos tributários de Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, pago a maior.

11. Custos de aquisição diferidos

Grupo	31/12/2015	Constituição	Amortização	30/06/2016
Patrimonial	3.002	57	(510)	2.549
Aeronáuticos	700	414	(488)	626
Riscos especiais	365	-	(282)	83
Responsabilidades	161	40	(41)	160
Automóvel	68	101	(11)	158
Marítimos	68	26	(19)	75
Transportes	378	6	(146)	238
Riscos financeiros	24	9	`(14)	19
Pessoas coletivo	267	183	(Ì11)	339
Rural	106	49	`(26)	129
Outros	302	189	(126)	365
Total circulante e não circulante	5.441	1.074	(1.774)	4.741



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

11. Custos de aquisição diferidos--Continuação

Grupo	31/12/2014	Constituição	Amortização	31/12/2015
Patrimonial	1.996	1.980	(974)	3.002
Aeronáuticos	444	637	(381)	700
Riscos especiais	148	686	(469)	365
Responsabilidades	160	55	`(54)	161
Automóvel	173	11	(1 ¹ 16)	68
Marítimos	45	43	(20)	68
Transportes	519	50	(191)	378
Riscos financeiros	49	13	(38)	24
Pessoas coletivo	246	322	(301)	267
Rural	125	134	(153)	106
Outros	270	397	(365)	302
Total circulante e não circulante	4.175	4.328	(3.062)	5.441

Os custos de aquisição diferidos mencionados acima correspondem em sua totalidade às despesas de comissão, que são registradas quando da aceitação dos contratos e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio. Todas as despesas de comissão diferidas foram consideradas no teste de adequação de passivo.

12. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2015	Aquisições	Baixa	Depreciação	30/06/2016
Equipamentos de informática	20%	205	-	-	(47)	158
Sistemas de telecomunicações	10%	61	-	-	(6)	55
Móveis, máquinas e utensílios	10%	104	-	-	(10)	94
Sistemas de refrigeração e segurança	10%	20	2	-	(2)	20
Instalações	10%	-	240	-	(8)	232
Total		390	242	-	(73)	559
	Taxa anual de depreciação	31/12/2014	Aquisições	Baixa	Depreciação	31/12/2015
Equipamentos de informática	20%	346	7	_	(148)	205
Sistemas de telecomunicações	10%	73	· -	_	(12)	61
Móveis, máquinas e utensílios	10%	274	2	(132)	(40)	104
Sistemas de refrigeração e segurança		153	-	(112)	(21)	20
Instalações	10%	441	-	(379)	(62)	-
Total		1.287	9	(623)	(283)	390



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

13. Intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/2015	Aquisições	Amortização	30/06/2016
Direito de uso software terceiros	20%	669	-	(137)	532
Total		669	-	(137)	532
	Taxa anual de amortização	31/12/2014	Aquisições	Amortização	31/12/2015
Direito de uso software terceiros Total	20%	784 784	270 270	(385) (385)	669 669

14. Operações com resseguradoras

	30/06/2016	31/12/2015
Prêmios de resseguro cedido	150.470	166.193
Comissão	(36.990)	(42.353)
Outros	40	52
Total circulante	113.520	123.892
Prêmios de resseguro cedido	27.410	30.689
Comissão	(9.712)	(11.755)
Total não circulante	17.698	18.934
Total	131.218	142.826



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

15. Passivos de contratos de resseguros

Partimonial Reprovisitor Partimonial Reprovisitor Repro		Description de recognistes de Possele de retracción			. ~	Resseguro (-) retrocessão		
Patrimonial 38.176 36.696 (24.593) (19.534) 13.583 17.162 Riscos especials 1.294 6.627 (712) (3.736) 592 2.891 Riscos especials 3.274 3.603 (1.187) (1.359) 2.087 2.241 Automovel 3.634 2.168 (12) (3) 9.622 2.165 Transportes 10.655 10.563 (7.385) (6.216) 3.103 9.522 2.165 Riscos financeiros 54.44 74.132 (6.499) (70.419) 3.049 3.798 Riscos financeiros 54.44 74.132 (6.549) (70.419) 3.049 3.798 Riscos financeiros 10.653 12.286 (276) (200) 10.377 12.086 Riscos financeiros 10.653 12.286 (276) (200) 10.377 12.086 Aeronáuticos 2.951 3.378 (2.592) (2.785) 449 593 Aeronáuticos 5.484 5.399 (3.631) (2.688) 1.853 2.681 Provisão de prémios não ganhos 156.583 174.908 (102.274) (111.130) 54.309 63.778 Patrimonial 77.741 67.866 (42.546) (34.310) 55.4309 63.778 Riscos financeiros 1.545 101 (40) (6) (2.74 11.130) (6) (6) (7.74 11.130) (
Riscos especiais		30/00/2010	31/12/2013	30/00/2010	31/12/2013	30/00/2010	31/12/2013	
Riscos especiais	Patrimonial	38.176	36 696	(24.593)	(19.534)	13.583	17 162	
Responsabilidades								
Automóvel 9.634 2.188 (12) (3) 9.622 2.165								
Transportes 10.565 10.583 (7.385 5.215 3.180 5.368 18.68cos financeiros 58.481 74.135 (55.488) (70.416 3.043 3.719 Pessoas coletivo 10.348 14.534 (6.199) (4.146) 4.149 9.689 6.146 4.149 9.689 6.146 4.149 9.689 6.146 6.1				` '	` ,			
Riscos financeiros \$8.481 74.155 (\$5.438) (70.416) 3.043 3.719 Pessoas coletvo 10.348 14.534 (6.199) (4.845) 4.149 9.689 Rural 5.723 5.529 (339) (3.49) 5.344 5.180 Dutros 10.653 12.266 (276) (200) 10.377 12.066 Maritimos 2.951 3.378 (2.502) (2.785) 449 593 Aderonáuticos 5.484 5.369 (3.631) (2.688) 1.853 2.681 Provisão de prémios não ganhos 156.583 174.908 (102.274) (111.130) 54.309 63.778 Patrimonial 77.741 67.869 (42.546) (3.4310) 35.195 33.559 Patrimonial 77.741 67.869 (42.546) (3.4310) 35.195 33.559 Riscos Especiais 219 519 (19.274) (111.130) 54.309 63.778 Patrimonial 77.741 67.869 (42.546) (3.4310) 35.195 33.559 Riscos Especiais 219 519 (2.920) (2.720)								
Pessoas coletivo								
Pural								
Outros 10.653 12.286 (276) (200) 10.377 12.086 Martímos 2.951 3.378 (2502) (2785) 449 533 Aeronáuticos 5.484 5.369 (3.631) (2.688) 1.853 2.681 Provisão de prêmios não ganhos 156.583 174.908 (102.274) (111.130) 54.309 63.778 Patrimonial 77.741 67.869 (42.546) (34.310) 35.195 33.559 Riscos Especiais 219 519 619 619 61 14 61 1001 Automóvel 5.090 5.243 2073 (57 4.817 5.186 Riscos financeiros 8.223 1.253 12.991 (2.920) (2.720) 9.613 10.271 Riscos financeiros 8.223 5.755 6.995 (4.980) 1.228 775 Pessoas indivídual 3 3 3 - - 3 3 3 3 - -								
Maritimos 2.951 3.378 2.502 2.755 449 593 Aeronauticos 5.484 5.369 (3.631) (2.688) 1.853 2.681 Provisão de prêmios não ganhos 156.583 174.908 (102.274) (111.130) 54.309 63.778 Patrimonial 77.741 67.869 (42.546) (34.310) 35.195 33.559 Riscos Especiais 219 519 (5) (6) 214 513 Responsabilidades 1.545 1.001 (49) - 1.466 1.001 Automóvel 5.090 5.243 (273) (67) 4.817 5.186 Transportes 12.533 12.991 (2.920) (2.720) 9.613 10.271 Riscos financeiros 8.223 5.755 (6.995) (4.980) 1.228 775 Pessoas coletivo 18.984 16.147 (4.291) (4.331) 14.93 11.847 Quarria 8.04 10.094 11.062 473 <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td>								
Provisão de prêmios não ganhos 156.583 174.908 (102.274) (111.130) 54.309 63.778 Patrimonial 77.741 67.869 (42.546) (34.310) 35.195 33.559 Patrimonial 77.741 67.869 (42.546) (34.310) 35.195 33.559 Responsabilidades 1.545 1.001 (49) - 1.496 1.001 Automóvel 5.990 5.243 (273) (577 48.17 5186 Transportes 12.533 12.991 (2.920) (2.720) 9.613 10.271 Pessoas coletivo 18.884 16.147 (4.291) (4.331) 14.693 11.816 Provisão de sinistros a líquidar 14.1548 128.823 (60.003) (47.856) (47.856) (47.856) Provisão de sinistros a líquidar 141.548 128.823 (60.003) (47.856) (47.856) (47.856) (47.856) Provisão de sinistros a líquidar 14.628 15.920 (34.11) (40.91) (40.91) (40.91) Provisão de sinistros coordidos mas não avisados 4.965 (47.956) (47.								
Provisão de prêmios não ganhos 156.583 174.908 (102.274) (111.130) 54.309 63.778 Patrimonial 77.741 67.869 (42.546) (34.310) 35.195 33.559 Riscos Especials 219 519 (5) (6) 214 513 Responsabilidades 1.545 1.001 (49) - 1.496 1.001 Automóvel 5.990 5.243 (273) (57) 4.817 5.186 Transportes 12.533 12.991 (2.920) (2.720) 9.613 10.271 Riscos financeiros 8.223 5.755 (6.995) (4.890) 1.228 775 Riscos financeiros 18.884 16.147 (4.291) (4.331) 14.893 11.816 Pessoas codetivo 18.884 16.147 (4.291) (4.331) 14.893 11.816 Pessoas individual 3 3 - 3 3 3 Rural 8.484 10.094 (1.062) (478) 7.422 9.616 Outros 5.281 5.573 (251) (92) 5.030 5.481 Maritimos 1.815 1.757 (1.131) (607) 484 1.150 Aeronáuticos 1.830 1.871 (480) (275) 1.350 1.596 Provisão de sinistros a liquidar 141.548 128.823 (60.003) (47.856) 81.545 80.967 Patrimonial 9.115 7.717 (3.702) (2.645) 5.413 5.072 Patrimonial 9.115 7.717 (3.702) (2.645) 5.413 5.072 Patrimonial 9.115 7.717 (3.702) (2.645) 5.413 5.072 Responsabilidades 630 494 (255) (162) 3.75 332 Responsabilidades 630 (47.91) (47								
Patrimonial 77.741 67.869 (42.546) (34.310) 35.195 33.559 Riscos Especiais 219 519 (5) (6) 214 513 218 219 519 (5) (6) 214 513 218 219 219 219 219 219 219 219 219 219 219	Aeronauticos	5.464	5.369	(3.031)	(2.088)	1.000	2.081	
Riscos Especiais 219 519 (5) (6) 214 513 1.001 449 - 1.496 1.001	Provisão de prêmios não ganhos	156.583	174.908	(102.274)	(111.130)	54.309	63.778	
Riscos Especiais 219 519 (5) (6) 214 513 1.001 449 - 1.496 1.001	Patrimonial	77 741	67 869	(42 546)	(34 310)	35 195	33 550	
Responsabilidades				·				
Automóvel 5.090 5.243 (273) (57) 4.817 5.186 Transportes 12.533 12.991 (2.920) (2.720) 9.613 10.271 Riscos financeiros 8.223 5.755 (6.995) (4.980) 1.228 775 Pessoas coletivo 18.984 16.147 (4.291) (4.331) 11.693 11.816 Pessoas individual 3 3 1.816 Pessoas individual 8.484 10.094 (1.062) (478) 7.422 9.616 Rural (4.291) (4.331) 11.693 11.816 Rural (4.291) (4.78) 7.422 9.616 (4.78) 7.422 9.616 (4.78) 7.422 9.616 (4.78) 7.422 9.616 (4.78) 7.422 9.616 (4.78) 7.422 9.616 (4.78) 7.422 9.616 (4.78) 7.422 9.616 (4.78) 7.422 9.616 (4.78) 7.422 9.616 (4.78) 7.422 9.616 (4.78) 7.422 9.616 (4.78) 7.422 9.616 (4.78) 7.422 9.616 (4.78) 7.422 9.616 (4.78) 7.422 9.616 (4.78) 7.422 9.616 (4.78) 7.422 9.616 (4.78) 7.422 (4.78)					(0)			
Transportes					(57)			
Riscos financeiros 8.223 5.755 6.995 (4.980) 1.228 775								
Pessoas coletivo				` '				
Pessoas individual 3 3 3 3 3 3 3 3 3								
Rural S. A84 10.094 1.062 (478) 7.422 9.616 Outros 5.281 5.573 (251) 92 5.030 5.481 Marítimos 1.615 1.757 (1.131) (607) 484 1.150 Aeronáuticos 1.830 1.871 (480) (275) 1.350 1.596 Responsabilidades 141.548 128.823 (60.003) (47.856) 81.545 80.967 Responsabilidades 540 610 (338) (347) 202 263 2				(4.291)	(4.331)			
Outros 5.281 5.573 (251) (92) 5.030 5.481 Maritimos 1.615 1.757 (1.131) (607) 484 1.150 Aeronáuticos 1.830 1.871 (480) (275) 1.350 1.596 Provisão de sinistros a liquidar 141.548 128.823 (60.003) (47.856) 81.545 80.967 Patrimonial 9.115 7.717 (3.702) (2.645) 5.413 5.072 Riscos especiais 540 610 (338) (347) 202 263 Responsabilidades 630 494 (255) (162) 375 332 Automóvel 14.628 15.920 (341) (409) 14.287 15.511 Transportes 8.038 3.947 (1.138) (868) 6.900 3.079 Riscos financeiros 602 429 (507) (361) 95 68 Pessoas coletivo 13.636 12.915 (3.639) (3.135) 9.997		-	-	(4.000)	(470)	-	-	
Maritimos								
Reronáuticos 1.830 1.871 (480) (275) 1.350 1.596				` '				
Provisão de sinistros a liquidar								
Patrimonial 9.115 7.717 (3.702) (2.645) 5.413 5.072 Riscos especiais 540 610 (338) (347) 202 263 Responsabilidades 630 494 (255) (162) 375 332 Rusponsabilidades 630 494 (255) (162) 375 332 Automóvel 14.628 15.920 (341) (409) 14.287 15.511 Transportes 8.038 3.947 (1.138) (868) 6.900 3.079 Riscos financeiros 602 429 (507) (361) 95 68 Pessoas coletivo 13.636 12.915 (3.639) (3.135) 9.997 9.780 Pessoas individual - 4 - (1) - 3 Rural 416 5.900 (6) (4.414) 410 1.486 Outros 10.371 21.974 (22) (27) 10.349 21.947 Maritimos 405 337 (370) (323) 35 64 Aeronáuticos 963 2.524 (221) (1.578) 742 946 Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados 59.344 72.821 (10.539) (14.270) 48.805 58.551 Patrimonial 557 497 (166) (140) 391 357 Riscos especiais 4 4 (3) (3) (1) (1) 81 39 Automóvel 494 37 (11) (11) 483 26 Transportes 240 186 (27) (12) 213 174 Riscos financeiros 259 481 (47) (18) 212 463 Rural 4 881 (2) (87) 2 794 Pessoas coletivo 259 481 (47) (18) 212 463 Rural 4 881 (2) (87) 2 794 Purvisão de excedente técnico 6.447 6.337 (3.768) (2.725) 2.679 3.612 Provisão de excedente técnico 6.447 6.337 (3.768) (2.725) 2.679 3.612 Provisão de excedente técnico 6.447 6.337 (3.768) (2.725) 2.679 3.612 Provisão de excedente técnico 6.447 6.337 (3.768) (2.725) 2.679 3.612 Provisão de excedente técnico 6.447 6.337 (3.768) (2.725) 2.679 3.612 Provisão de excedente técnico 6.447 6.337 (3.768) (2.725) 2.679 3.612 Provisão de excedente técnico 6.447 6.337 (3.768) (2.725) 2.679 3.612 Provisão de excedente técnico 6.447 6.337 (3.768) (2.725) 2.679 3.612	Aeronáuticos	1.830	1.871	(480)	(275)	1.350	1.596	
Riscos especiais 540 610 (338) (347) 202 263 Responsabilidades 630 494 (255) (162) 375 332 Automóvel 14.628 15.920 (341) (409) 14.287 15.511 Transportes 8.038 3.947 (1.138) (868) 6.900 3.079 Riscos financeiros 602 429 (507) (361) 95 68 Pessoas coletivo 13.636 12.915 (3.639) (3.135) 9.997 9.780 Pessoas individual - 4 - (1) - 3 Rural 416 5.900 (6) (4.414) 410 1.486 Outros 10.371 21.974 (22) (27) 10.349 21.947 Maritimos 405 387 (370) (323) 35 64 Aeronáuticos 963 2.524 (221) (1.578) 742 946 Provisão de s	Provisão de sinistros a liquidar	141.548	128.823	(60.003)	(47.856)	81.545	80.967	
Riscos especiais 540 610 (338) (347) 202 263 Responsabilidades 630 494 (255) (162) 375 332 Automóvel 14.628 15.920 (341) (409) 14.287 15.511 Transportes 8.038 3.947 (1.138) (868) 6.900 3.079 Riscos financeiros 602 429 (507) (361) 95 68 Pessoas coletivo 13.636 12.915 (3.639) (3.135) 9.997 9.780 Pessoas individual - 4 - (1) - 3 Rural 416 5.900 (6) (4.414) 410 1.486 Outros 10.371 21.974 (22) (27) 10.349 21.947 Maritimos 405 387 (370) (323) 35 64 Aeronáuticos 963 2.524 (221) (1.578) 742 946 Provisão de s	Patrimonial	9 115	7 717	(3.702)	(2 645)	5 413	5.072	
Responsabilidades 630 494 (255) (162) 375 332 Automóvel 14.628 15.920 (341) (409) 14.287 15.511 Transportes 8.038 3.947 (1.138) (868) 6.900 3.079 Riscos financeiros 602 429 (507) (361) 95 68 Pessoas coletivo 13.636 12.915 (3.639) (3.135) 9.997 9.780 Pessoas coletivo 13.636 12.915 (3.639) (3.135) 9.997 9.780 Pessoas coletivo 13.636 12.915 (3.639) (3.135) 9.997 9.780 Pessoas coletivo 10.371 22.915 (66) (4.414) 410 1.486 Outros 10.371 21.974 (22) (27) 10.349 21.947 Maritimos 405 387 (370) (323) 35 64 Aeronáuticos 963 2.524 (221) (1.578) 742 <								
Automóvel 14.628 15.920 (341) (409) 14.287 15.511 Transportes 8.038 3.947 (1.138) (868) 6.900 3.079 Riscos financeiros 602 429 (507) (361) 95 68 Pessoas coletivo 13.636 12.915 (3.639) (3.135) 9.997 9.780 Pessoas individual - 4 - (1) - 3 Rural 416 5.900 (6) (4.414) 410 1.486 Outros 10.371 21.974 (22) (27) 10.349 21.947 Maritimos 405 387 (370) (323) 35 64 Aeronáuticos 963 2.524 (221) (1.578) 742 946 Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados 59.344 72.821 (10.539) (14.270) 48.805 58.551 Patrimonial 557 497 (166) (140) 391 357								
Transportes 8.038 3.947 (1.138) (868) 6.900 3.079 Riscos financeiros 602 429 (507) (361) 95 68 Pessoas coletivo 13.636 12.915 (3.639) (3.135) 9.997 9.780 Pessoas individual - 4 - (1) - 3 Rural 416 5.900 (6) (4.414) 410 1.486 Outros 10.371 21.974 (22) (27) 10.349 21.947 Maritimos 405 387 (370) (323) 35 64 Aeronáuticos 963 2.524 (221) (1.578) 742 946 Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados 59.344 72.821 (10.539) (14.270) 48.805 58.551 Patrimonial 557 497 (166) (140) 391 357 Riscos especiais 4 4 (3) (3) 1 1								
Riscos financeiros 602 4.29 (507) (361) 95 68 Pessoas coletivo 13.636 12.915 (3.639) (3.135) 9.997 9.780 Pessoas individual - 4 - (11) - 3 Rural 416 5.900 (6) (4.414) 410 1.486 Outros 10.371 21.974 (22) (27) 10.349 21.947 Marítimos 405 387 (370) (323) 35 64 Aeronáuticos 963 2.524 (221) (1.578) 742 946 Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados 59.344 72.821 (10.539) (14.270) 48.805 58.551 Patrimonial 557 497 (166) (140) 391 357 Riscos especiais 4 4 4 (3) (3) 1 1 Riscos especiais 82 40 (1) (1) (1) 81								
Pessoas coletivo 13.636 12.915 (3.639) (3.135) 9.997 9.780 Pessoas individual - 4 - (1) - 3 Rural 416 5.900 (6) (4.414) 410 1.486 Outros 10.371 21.974 (22) (27) 10.349 21.947 Marítimos 405 387 (370) (323) 35 64 Aeronáuticos 963 2.524 (221) (1.578) 742 946 Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados 59.344 72.821 (10.539) (14.270) 48.805 58.551 Patrimonial 557 497 (166) (140) 391 357 Riscos especiais 4 4 4 (3) (3) 1 1 1 Responsabilidades 82 40 (1) (1) (1) 83 26 Transportes 240 186 (27) (12) 213 <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td>								
Pessoas individual								
Rural 416 5.900 (6) (4.414) 410 1.486 Outros 10.371 21.974 (22) (27) 10.349 21.947 Marítimos 405 387 (370) (323) 35 64 Aeronáuticos 963 2.524 (221) (1.578) 742 946 Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados parimenial 557 497 (166) (140) 391 357 Riscos especiais 4 4 (3) (3) 1 1 1 Responsabilidades 82 40 (1) (1) (1) 81 39 Automóvel 494 37 (11) (11) 483 26 Transportes 240 186 (27) (12) 213 174 Riscos financeiros 3.554 2.491 (3.507) (2.450) 47 41 Pessoas coletivo 259 481 (47) (18)		13.030		(3.039)	*	3.331		
Outros 10.371 21.974 (22) (27) 10.349 21.947 Marítimos 405 387 (370) (323) 35 64 Aeronáuticos 963 2.524 (221) (1.578) 742 946 Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados 59.344 72.821 (10.539) (14.270) 48.805 58.551 Patrimonial 557 497 (166) (140) 391 357 Riscos especiais 4 4 (3) (3) 1 1 1 Responsabilidades 82 40 (1) (1) (1) 81 39 Automóvel 494 37 (11) (11) (11) 483 26 Transportes 240 186 (27) (12) 213 174 Riscos financeiros 3.554 2.491 (3.507) (2.450) 47 41 Pessoas coletivo 259 481 (47) (18) 212<		416	•	(e)		410		
Marítimos 405 387 (370) (323) 35 64 Aeronáuticos 963 2.524 (221) (1.578) 742 946 Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados 59.344 72.821 (10.539) (14.270) 48.805 58.551 Patrimonial 557 497 (166) (140) 391 357 Riscos especiais 4 4 (3) (3) 1 1 1 Responsabilidades 82 40 (1) (1) (1) 81 39 Automóvel 494 37 (11) (11) (41) 483 26 Transportes 240 186 (27) (12) 213 174 Riscos financeiros 3.554 2.491 (3.507) (2.450) 47 41 Pessoas coletivo 259 481 (47) (18) 212 463 Rural 4 881 (2) (87) 2 7					` ,			
Aeronáuticos 963 2.524 (221) (1.578) 742 946 Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados 59.344 72.821 (10.539) (14.270) 48.805 58.551 Patrimonial Riscos especiais 4 4 (3) (3) 1 1 1 Responsabilidades 82 40 (1) (1) (1) 81 39 Automóvel 494 37 (11) (11) 483 26 Transportes 240 186 (27) (12) 213 174 Riscos financeiros 3.554 2.491 (3.507) (2.450) 47 41 Pessoas coletivo 259 481 (47) (18) 212 463 Rural 4 881 (2) (87) 2 794 Outros 1.217 1.693 - - 1.217 1.693 Marítimo 8 8 (3) (3) (3) 5 5 <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td>								
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados 59.344 72.821 (10.539) (14.270) 48.805 58.551 Patrimonial Riscos especiais 4 4 4 (3) (3) 1								
avisados 59.344 72.821 (10.539) (14.270) 48.805 58.551 Patrimonial 557 497 (166) (140) 391 357 Riscos especiais 4 4 (3) (3) 1 1 Responsabilidades 82 40 (1) (1) (1) 81 39 Automóvel 494 37 (11) (11) (11) 483 26 Transportes 240 186 (27) (12) 213 174 Riscos financeiros 3.554 2.491 (3.507) (2.450) 47 41 Pessoas coletivo 259 481 (47) (18) 212 463 Rural 4 881 (2) (87) 2 794 Outros 1.217 1.693 - - - 1.217 1.693 Aeronáuticos 28 8 (3) (3) (3) 5 5 5 <td>Aeronauticos</td> <td>963</td> <td>2.524</td> <td>(221)</td> <td>(1.578)</td> <td>142</td> <td>946</td>	Aeronauticos	963	2.524	(221)	(1.578)	142	946	
Patrimonial 557 497 (166) (140) 391 357 Riscos especiais 4 4 (3) (3) 1 1 Responsabilidades 82 40 (1) (1) 81 39 Automóvel 494 37 (11) (11) 483 26 Transportes 240 186 (27) (12) 213 174 Riscos financeiros 3.554 2.491 (3.507) (2.450) 47 41 Pessoas coletivo 259 481 (47) (18) 212 463 Rural 4 881 (2) (87) 2 794 Outros 1.217 1.693 - - 1.217 1.693 Marítimo 8 8 (3) (3) (3) 5 5 Aeronáuticos 28 19 (1) - 27 19 Provisão de excedente técnico 6.447 6.337		50 244	72 924	(10.530)	(14.270)	49 905	E0 EE1	
Riscos especiais 4 4 4 (3) (3) 1 1 Responsabilidades 82 40 (1) (1) (1) 81 39 Automóvel 494 37 (11) (11) 483 26 Transportes 240 186 (27) (12) 213 174 Riscos financeiros 3.554 2.491 (3.507) (2.450) 47 41 Pessoas coletivo 259 481 (47) (18) 212 463 Rural 4 881 (2) (87) 2 794 Outros 1.217 1.693 - - 1.217 1.693 Marítimo 8 8 (3) (3) 5 5 Aeronáuticos 28 19 (1) - 27 19 Provisão de excedente técnico 6.447 6.337 (3.768) (2.725) 2.679 3.612	avisacios	33.344	12.021	(10.559)	(14.270)	40.003	30.331	
Riscos especiais 4 4 4 (3) (3) 1 1 Responsabilidades 82 40 (1) (1) (1) 81 39 Automóvel 494 37 (11) (11) 483 26 Transportes 240 186 (27) (12) 213 174 Riscos financeiros 3.554 2.491 (3.507) (2.450) 47 41 Pessoas coletivo 259 481 (47) (18) 212 463 Rural 4 881 (2) (87) 2 794 Outros 1.217 1.693 - - 1.217 1.693 Marítimo 8 8 (3) (3) 5 5 Aeronáuticos 28 19 (1) - 27 19 Provisão de excedente técnico 6.447 6.337 (3.768) (2.725) 2.679 3.612	Patrimonial	557	497	(166)	(140)	391	357	
Responsabilidades 82 40 (1) (1) 81 39 Automóvel 494 37 (11) (11) 483 26 Transportes 240 186 (27) (12) 213 174 Riscos financeiros 3.554 2.491 (3.507) (2.450) 47 41 Pessoas coletivo 259 481 (47) (18) 212 463 Rural 4 881 (2) (87) 2 794 Outros 1.217 1.693 - - - 1.217 1.693 Marítimo 8 8 (3) (3) 5 5 Aeronáuticos 28 19 (1) - 27 19 Provisão de excedente técnico 6.447 6.337 (3.768) (2.725) 2.679 3.612		4		` '	` ,	1		
Automóvel 494 37 (11) (11) 483 26 Transportes 240 186 (27) (12) 213 174 Riscos financeiros 3.554 2.491 (3.507) (2.450) 47 41 Pessoas coletivo 259 481 (47) (18) 212 463 Rural 4 881 (2) (87) 2 794 Outros 1.217 1.693 - - - 1.217 1.693 Marítimo 8 8 (3) (3) 5 5 Aeronáuticos 28 19 (1) - 27 19 Provisão de excedente técnico 6.447 6.337 (3.768) (2.725) 2.679 3.612								
Transportes 240 186 (27) (12) 213 174 Riscos financeiros 3.554 2.491 (3.507) (2.450) 47 41 Pessoas coletivo 259 481 (47) (18) 212 463 Rural 4 881 (2) (87) 2 794 Outros 1.217 1.693 - - 1.217 1.693 Marítimo 8 8 (3) (3) 5 5 Aeronáuticos 28 19 (1) - 27 19 Provisão de excedente técnico 6.447 6.337 (3.768) (2.725) 2.679 3.612		494	37		` '	483	26	
Riscos financeiros 3.554 2.491 (3.507) (2.450) 47 41 Pessoas coletivo 259 481 (47) (18) 212 463 Rural 4 881 (2) (87) 2 794 Outros 1.217 1.693 - - 1.217 1.693 Marítimo 8 8 (3) (3) 5 5 Aeronáuticos 28 19 (1) - 27 19 Provisão de excedente técnico 6.447 6.337 (3.768) (2.725) 2.679 3.612								
Pessoas coletivo 259 481 (47) (18) 212 463 Rural 4 881 (2) (87) 2 794 Outros 1.217 1.693 - - - 1.217 1.693 Marítimo 8 8 (3) (3) 5 5 Aeronáuticos 28 19 (1) - 27 19 Provisão de excedente técnico 6.447 6.337 (3.768) (2.725) 2.679 3.612				, ,				
Rural 4 881 (2) (87) 2 794 Outros 1.217 1.693 - - - 1.217 1.693 Marítimo 8 8 (3) (3) 5 5 Aeronáuticos 28 19 (1) - 27 19 Provisão de excedente técnico 6.447 6.337 (3.768) (2.725) 2.679 3.612								
Outros 1.217 1.693 - - - 1.217 1.693 Marítimo 8 8 (3) (3) 5 5 Aeronáuticos 28 19 (1) - 27 19 Provisão de excedente técnico 6.447 6.337 (3.768) (2.725) 2.679 3.612								
Marítimo 8 8 (3) (3) 5 5 Aeronáuticos 28 19 (1) - 27 19 Provisão de excedente técnico 6.447 6.337 (3.768) (2.725) 2.679 3.612				(2)	(01)			
Aeronáuticos 28 19 (1) - 27 19 Provisão de excedente técnico 6.447 6.337 (3.768) (2.725) 2.679 3.612				(3)	(2)			
Provisão de excedente técnico 6.447 6.337 (3.768) (2.725) 2.679 3.612					(3)		-	
	AGIOHAULICOS		19	(1)	-	ZI	19	
Total circulante e não circulante 363.922 382.889 (176.584) (175.981) 187.338 206.908	Provisão de excedente técnico	6.447	6.337	(3.768)	(2.725)	2.679	3.612	
	Total circulante e não circulante	363.922	382.889	(176.584)	(175.981)	187.338	206.908	



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

15. Passivos de contratos de resseguros--Continuação

Movimentações das provisões técnicas estão demonstradas na tabela abaixo:

	30 de junho de 2016		31 de dezembro de 2015			
	Resseguro	Retrocessão	Retido	Resseguro	Retrocessão	Retido
Provisão de sinistros a liquidar Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	141.548 59.344	(60.003) (10.539)	81.545 48.805	128.823 72.821	(47.856) (14.270)	80.967 58.551
Provisão total de sinistros	200.892	(70.542)	130.350	201.644	(62.126)	139.518
Provisão de prêmios não ganhos Provisão de excedente técnico	156.583 6.447	(102.274) (3.768)	54.309 2.679	174.908 6.337	(111.130) (2.725)	63.778 3.612
Provisão total de prêmios	163.030	(106.042)	56.988	181.245	(113.855)	67.390
Total	363.922	(176.584)	187.338	382.889	(175.981)	206.908
Desenvolvimento das provisões de sinistros Em 1º de janeiro Sinistros ocorridos no período Sinistros pagos no período	201.644 69.016 (69.768)	(62.127) (21.781) 13.366	139.517 47.235 (56.402)	146.208 313.263 (257.827)	(44.853) (141.246) 123.973	101.355 172.017 (133.854)
No final do período	200.892	(70.542)	130.350	201.644	(62.126)	139.518
Desenvolvimento das provisões de prêmios Em 1º de janeiro Prêmios emitidos no período Prêmio ganho no período	181.245 64.229 (82.444)	(113.855) (54.533) 62.346	67.390 9.696 (20.098)	179.275 467.868 (465.898)	(106.888) (163.137) 156.170	72.387 304.731 (309.728)
No final do período	163.030	(106.042)	56.988	181.245	(113.855)	67.390
Desenvolvimento da provisão de PSL Em 1º de janeiro Movimento	128.823 12.725	(47.856) (12.147)	80.967 578	80.527 48.296	(27.881) (19.975)	52.646 28.321
No final do período	141.548	(60.003)	81.545	128.823	(47.856)	80.967
Desenvolvimento da provisão de IBNR Em 1º de janeiro Movimento	72.821 (13.477)	(14.270) 3.731	58.551 (9.746)	65.665 7.156	(16.972) 2.702	48.693 9.858
No final do período	59.344	(10.539)	48.805	72.821	(14.270)	58.551
Desenvolvimento da provisão de PDR Em 1º de janeiro Movimento		<u>-</u>	- -	16 (16)	- -	16 (16)
No final do período		-	-	-	-	-



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

16. Desenvolvimento de sinistros

As tabelas a seguir apresentam a evolução dos sinistros por ano de subscrição do contrato. Devido às particularidades das operações de resseguro, em contratos automáticos a Companhia não possui informações detalhadas de cada sinistro com a evolução individualizada do seu valor no tempo. Assim, o montante avisado varia à medida que informações mais atualizadas são obtidas através das prestações de contas enviadas pelas cedentes sobre os contratos subscritos.

Os quadros de desenvolvimento de sinistros abaixo ilustram a evolução dos avisos e pagamentos de sinistros recebidos pela Companhia para cada ano de subscrição dos contratos, a saber:

Desenvolvimentos dos sinistros avisados de resseguro

			P	eríodo de avis	60		
Ano de subscrição	Ano 0	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	Total
2011	731	72.710	23.355	1.543	34	1.180	99.553
2012	7.562	104.498	36.141	12.248	563	-	161.012
2013	6.757	76.189	23.983	4.825	-	-	111.754
2014	76.222	173.087	18.194	-	-	-	267.503
2015	95.402	56.632	-	-	-	-	152.034
1º semestre 2016	870	-	-	-	-	-	870
Total	187.544	483.116	101.673	18.616	597	1.180	792.726
Ano do pagamento	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Valores pagos	287	59.894	79.444	184.328	261.354	65.871	651.178
PSL	-	-	-	-	-	-	41.548

Desenvolvimentos dos sinistros avisados de retrocessão

			Р	eríodo de avis	0		
Ano de subscrição	Ano 0	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	Total
2011	91	55.949	12.378	814	(350)	(39)	68.843
2012	741	66.470	6.923	264	(86)	(00)	74.312
2013	2.667	43.943	8.278	2.165	-	-	57.053
2014	68.229	117.989	6.985	-	-	-	193.203
2015	11.238	15.854	-	-	-	-	27.092
1º semestre 2016	535	-	-	-	-	-	535
Total	83.501	300.205	34.564	3.243	(436)	(39)	421.038
Ano do pagamento	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Valoros nagos	1	40.762	46 E7E	127.595	116 F24	20 577	361.035
Valores pagos PSL	-	49.763 -	46.575 -	121.595	116.524 -	20.577	60.003



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

16. Desenvolvimento de sinistros--Continuação

Desenvolvimentos dos sinistros avisados retidos

	Período de aviso							
Ano de subscrição	Ano 0	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	Total	
2011	639	16.761	10.976	729	384	1.218	30.707	
2012	6.821	38.028	29.218	11.984	648	-	86.699	
2013	4.090	32.245	15.705	2.660	-	-	54.700	
2014	7.993	55.098	11.210	_	-	-	74.301	
2015	84.165	40.779	-	-	-	-	124.944	
1º semestre 2016	335	-	-	-	-	-	335	
Total	104.043	182.911	67.109	15.373	1.032	1.218	371.686	
Ano do pagamento	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total	
Valores pagos	286	10.131	32.869	56.733	144.830	45.292	290.141	
PSL	-	-	-	-	-	-	81.545	

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito e integralizado é representado por 211.100.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2015, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, mediante subscrição em espécie, com emissão de novas ações, no montante de R\$10.700 com a emissão de 8.425.070 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de emissão de R\$1,27 (em reais) por ação, com base no preço de unitário de emissão. Assim, o capital social de R\$209.479 aumentou para R\$220.179, e o número de ações de 202.675.339 para 211.100.409 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Referido aumento de capital foi aprovado pela Portaria SUSEP/DIRAT nº 1.314, de 24 de fevereiro de 2016.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída por valor correspondente a 5% do lucro do exercício, após absorção dos prejuízos acumulados, e o restante é destinado para reserva de retenção de lucros.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido--Continuação

c) <u>Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio</u>

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

No semestre findo em 30 de junho de 2016, com a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, foram deliberados juros sobre capital próprio no valor total de R\$ 9.840.

d) <u>Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA, margem de solvência e exigência de capital</u>

	30/06/2016	31/12/2015
Patrimônio líquido Despesa antecipada não relacionada a resseguro Intangível	271.296 (146) (532)	266.387 - (669)
Patrimônio líquido ajustado - PLA	270.618	265.718
Capital base - CB (a)	60.000	60.000
Capital adicional de risco de subscrição - CRSub Capital adicional de risco de crédito - CRCr Capital adicional de risco operacional - CROp Benefício da diversificação	59.400 11.803 1.492 (5.106)	53.257 14.569 4.058 (5.984)
Capital de risco - CR (b)	67.589	65.900
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	67.589	65.900
Patrimônio líquido ajustado (-) Exigência de capital - EC	270.618 67.589	265.718 65.900
Suficiência de capital - R\$ Suficiência de capital - % da EC	203.029 300.39%	199.818 303,21%

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, prevê que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre capital base e o capital de risco.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 30 de junho de 2016 e 2015, estão reconciliados, como se segue:

	30 de jur	ho de 2016	30 de junho de 2015		
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
Resultado antes do imposto Participação sobre o resultado	14.951 (224)	14.951 (224)	29.994 (1.105)	29.994 (1.105)	
Base de cálculo	14.727	14.727	28.889	28.889	
Alíquota nominal	25%	20%	25%	15%	
IRPJ e CSLL à alíquota nominal Adições (exclusões) permanentes	3.682 (2.378)	2.945 (1.890)	7.222 318	4.333 198	
IRPJ e CSLL no resultado	1.214	983	7.540	4.531	
Alíquotas efetivas	8%	7%	26%	16%	

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de setembro de 2015. Em 7 de outubro de 2015, foi publicada a Lei 13.169, que reduz a alíquota de 20% para 15%, a partir de 2019.

19. Transações com partes relacionadas

A Companhia efetua operações com empresas relacionadas ao Grupo Vinci Partners Ltda. e ao International Finance Corporation - IFC. As principais operações com essas empresas compreendem a gestão da carteira de investimentos, cujos valores são registrados em despesas financeiras, emissão de contrato de resseguros cujos valores são registrados em prêmios emitidos, provisões técnicas, sinistros ocorridos e receitas e despesas operacionais. Adicionalmente, a Companhia e a Austral Seguradora S.A. racionalizam seus custos compartilhando despesas administrativas comuns, registradas em despesas administrativas. As transações são efetuadas em condições pactuadas entre as partes e aprovadas pelo Conselho de Administração.

No semestre findo em 30 de junho de 2016, a Companhia possui passivo de juros sobre capital próprio, líquido de imposto de renda na fonte a pagar aos acionistas de R\$8.366 (R\$1.462 em 31 de dezembro de 2015).



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

19. Transações com partes relacionadas--Continuação

Ao longo do semestre findo em 30 de junho de 2016, a Companhia remunerou seus Administradores, os quais são representados pelos diretores estatutários, no montante de R\$308 (R\$498 em 30 de junho de 2015). Os saldos patrimoniais e de resultados decorrentes de transações com empresas consideradas partes relacionadas e com os Administradores estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo		Receitas/(despesas)	
Partes relacionadas	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	30/06/2015
Vinci Gestora de Recursos Ltda.	-	-	177	37	(358)	(266)
Austral Participações S.A.	-	-	8.366	1.462	(9.840)	-
Fundo de Invest Ímob RM Leblon	-	-	60	60	(359)	-
Braquiara empreendimentos	-	-	31	31	(188)	-
Austral Seguradora S.A.	35.164	40.530	8.629	8.089	11.246	25.470
Administradores	-	-	-	-	(308)	(498)
Total	35.164	40.530	17.263	9.679	193	24.706

20. Grupos de ramos de atuação

Os grupos de ramos em que a Resseguradora opera e seus indicadores de desempenho em 30 de junho de 2016 e 2015 são:

	Prêmios		Índic	e de	Índice de		
	gan	hos	sinistralida	ade - % (a)	comercialização - % (b)		
Ramos de atuação	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	
Aeronáutico	3.853	2.890	(7,04)	19,16	12,3	17,62	
Automóvel	1.508	6.403	67,94	97,39	4,06	2,36	
Patrimonial	33.024	23.049	76,98	66,37	6,03	7,71	
Pessoas coletivo	26.121	67.361	54,36	27,77	1,77	0,65	
Pessoas individual	-	47	-	6,12	-	-	
Riscos especiais	2.735	1.935	(1,9)	0,73	2,73	3,26	
Responsabilidades	3.545	1.347	20,92	43,66	3,97	7,54	
Riscos financeiros	20.912	18.753	13,24	1,10	0,15	0,20	
Rural	9.620	42.444	85,00	187,71	1,93	0,50	
Marítimos	2.928	652	5,57	1,19	1,90	8,76	
Transportes	13.146	10.335	77,61	76,44	3,08	3,60	
Outros	15.391	53.236	43,18	136,08	3,57	2,14	
Total prêmio ganho	132.783	228.452	•				



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

20. Grupos de ramos de atuação--Continuação

		mio retido	Índice de sinistralidade retido - % (a)	
Ramos de atuação	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Aeronáutico	1.770	2.135	41,17	18,43
Automóvel	1.571	6.197	69,58	97,13
Patrimonial	12.281	11.352	104,07	90,19
Pessoas coletivo	18.800	64.064	44,94	24,45
Pessoas individual	-	28	(5,23)	9,80
Riscos especiais	829	395		41,46
Responsabilidades	2.052	1.163	29,25	46,05
Riscos financeiros	1.183	1.270	48,75	9,50
Rural	10.643	11.377	98,71	117,45
Marítimos	445	304	(126)	(16,76)
Transportes	7.596	7.677	87,74	74,46
Outros	15.142	26.293	42,53	49,85
Total prêmio ganho retido	72.312	132.255	- · ·	

⁽a) Índice de sinistralidade = {indenizações avisadas + despesas com sinistros + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)} / (prêmio ganho).

A composição de prêmios de resseguro e retrocessão aceitas (prêmio emitido líquido) antes e depois dos prêmios cedidos em retrocessão está demonstrada abaixo para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015.

	Prêmio líqu		Prêmio retroc		Prêmio lí retroce prêmio	ssão =	Percen reten	tual de cão %	Perce retroce	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Aeronáutico	4.307	3.797	(3.196)	(1.349)	1.111	2.448	25,80	64,47	74,2	35,53
Automóvel	9.430	2.908	` 53 [´]	`	9.483	2.908	100,56	100	(0,56)	-
Patrimonial	35.772	24.849	(26.606)	(15.345)	9.166	9.504	25,62	38,25	74,38	61,75
Pessoas coletivo	21.756	64.868	`(8.725)	(5.588)	13.031	59.280	59,90	91,39	40,1	8,61
Pessoas individual	-	43	· -	(16)	-	27	· -	62,79	-	37,21
Responsabilidades	3.266	2.533	(1.321)	(667)	1.945	1.866	59,55	73,67	40,45	26,33
Riscos financeiros	6.619	24.905	(6.109)	(24.319)	510	586	7,71	2,35	92,29	97,65
Riscos especiais	(2.107)	(22)	884	487	(1.223)	465	58,04	(2.113,64)	41,96	2.213,64
Rural	8.939	38.946	1.118	(27.932)	10.057	11.014	112,51	28,28	(12,51)	71,72
Marítimos	2.563	1.413	(2.220)	(1.096)	343	317	13,38	22,43	86,62	77,57
Transportes	13.708	10.001	(8.086)	(4.586)	5.622	5.415	41,01	54,14	58,99	45,86
Outros	14.567	60.254	(326)	(24.583)	14.241	35.671	97,76	59,20	2,24	40,80
Total	118.820	234.495	(54.534)	(104.994)	64.286	129.501	54,10	55,23	45,90	44,77

⁽b) Índice de comercialização = custo de aquisição ganho / (prêmio ganho)



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

20. Grupos de ramos de atuação--Continuação

Prêmio de retrocessão cedida por classe de resseguradoras

	30/06/2016	30/06/2015
Resseguradora local	2.121	28.062
Resseguradora admitida	27.386	61.359
Resseguradora eventual	25.027	15.573
Total	54.534	104.994

Prêmio de resseguro aceito e retrocessão aceita por classe

	30/06/2016	30/06/2015
Seguradora	100.587	216.436
Resseguradora local	18	-
Resseguradora admitida	18.215	18.059
Total	118.820	234.495

21. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. ("Austral Participações"), controladora da Resseguradora.

O plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo Comitê de Gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Sem prejuízo, o comitê de gestão do plano poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de *vesting* ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento.

Em reuniões do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Em reunião do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em reunião do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizada em 1º de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

O primeiro programa prevê três datas de *vesting*, sendo a última em dezembro de 2014, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de quatro anos a contar da última data de *vesting* e a partir de cada uma das datas de *vesting* estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

O segundo programa prevê quatro datas de *vesting*, sendo a última em setembro de 2016, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de quatro anos a contar da última data de *vesting* e a partir de cada uma das datas de *vesting* estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

O terceiro programa prevê de três a cinco datas de *vesting*, dependendo do beneficiário, sendo a última data de *vesting* em setembro de 2018, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de dois anos a contar da última data de *vesting* e a partir de cada uma das datas de *vesting* estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

O quarto programa prevê três datas de *vesting*, sendo a última data de *vesting* em dezembro de 2018, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo máximo de até dezoito meses a contar da última data de *vesting* e a partir de cada uma das datas de *vesting* estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

Para o primeiro e o segundo programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de valorização por simulação de Monte Carlo considerando uma volatilidade de aproximadamente 27,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço *spot* do ativo foi inferido a partir de premissas informadas pela Vinci Capital Partners, e o preço de exercício das opções de ambos os programas é de R\$1,1425, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,4922.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Para o terceiro programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de *Black and Scholes* considerando uma volatilidade de aproximadamente 36,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o preço utilizado na emissão primária de ações para o IFC e o preço de exercício das opções é de R\$1,1752 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,4529.

Para o quarto programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de *Black and Scholes* considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP e o preço de exercício das opções é de R\$1,2171 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,49.

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Resseguradora.

O segundo plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo Comitê de Gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Sem prejuízo, o comitê de gestão do plano poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de *vesting* ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento.

Em reunião do comitê de gestão do segundo plano de opção de compra de ações realizadas em 1º de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Para o primeiro programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2,8316 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,25.

A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto da Austral Participações na sua totalidade, no início e fim dos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	Quantidade de opções
Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2015	8.938.315
Total de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2015	4.478.123
Primeiro semestre de 2016 Totalidade de opções expiradas/extintas	1.960.923
Totalidade de opções outorgadas Total de opções em aberto em 30 de junho de 2016 Total de opções exercíveis em 30 de junho de 2016	10.899.237 5.708.539

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Na hipótese do contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, mais aquelas que não possam ainda ser exercidas e as ações eventualmente adquiridas em decorrência do exercício das opções, são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

As 10.899.237 opções em aberto representam uma diluição de até 4,73% sobre um total de 219.355.736 ações da Austral Participações. Nenhuma opção foi exercida até 30 de junho de 2016.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Resseguradora, que fizeram jus às opções da Austral Participações, está registrado no patrimônio líquido da Resseguradora como reserva de capital no semestre findo em 30 de junho de 2016 no montante de R\$2.126 (R\$1.962 em 31 de dezembro de 2015).

22. Detalhamento de contas de resultado

a) Sinistros ocorridos

Indenizações avisadas	(82.482)	(190.150)
Despesa com sinistro	(46)	(92)
Salvados	35	8
Ressarcimentos	-	3
Variações de sinistros ocorridos mas não avisados	13.477	(11.393)
Total	(69.016)	(201.624)

20/00/2016

20/00/004

b) Custos de aquisição

	30/06/2016	30/06/2015
Comissões Variações de despesas de comercialização diferidas	(4.055) (377)	(5.331) 473
Total	(4.432)	(4.858)



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

22. Detalhamento de contas de resultado--Continuação

c) Outras receitas e despesas operacionais

71	618
(622)	(47)
(34)	(28)
(7.345)	(41.796)
(1.259)	`(1.651 [°])
(9.189)	(42.904)
	(622) (34) (7.345) (1.259)

d) Resultado com retrocessão

	30/06/2016	30/06/2015
Sinistros ocorridos mas não avisados	(3.731)	1.010
Despesa com sinistro	13	28
Recuperação de indenização	25.499	135.315
Prêmio de retrocessão cedido	(54.534)	(104.994)
Receita com participação nos lucros	73	950
Variações de prêmio retrocessão cedido	(5.937)	8.797
Total	(38.617)	41.106

e) <u>Despesas administrativas</u>

	30/00/2010	30/00/2013
Pessoal próprio e encargos sociais	(3.224)	(3.357)
Localização e funcionamento	(1.161)	(803)
Serviços de terceiros	(2.149)	(889)
Depreciação e amortização	(210)	(350)
Publicidade e propaganda	(135)	(117)
Outros	(28)	`(37)
Total	(6.907)	(5.553)

30/06/2016

30/06/2016

30/06/2015

30/06/2015

f) Despesas com tributos

		00/00/2010
Despesas com COFINS	(2.613)	(4.736)
Despesas com PIS	(483)	(812)
Taxa de fiscalização	(538)	(389)
Outras	(300)	(325)
Total	(3.934)	(6.262)



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

22. Detalhamento de contas de resultado--Continuação

g) Resultado financeiro

	30/06/2016	30/06/2015
Receitas		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	21.314	13.701
Títulos disponíveis para venda	6.794	4.220
Com operações de resseguros	68.681	42.673
Valorização cambial do disponível	2.223	5.857
Outras receitas	116	306
Despesas		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	(4.175)	(858)
Títulos disponíveis para venda	(205)	`(58 [°])
Com operações de resseguros	(73.198)	(41.503)
Desvalorização cambial do disponível	(6.811)	(2.408)
Outras despesas	(476)	` (293)
Total	14.263	21.637



Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação 30 de junho de 2016 (Em milhares de reais)

23. Responsáveis

Conselheiros

Gilberto Sayão da Silva Alessandro Monteiro Morgado Horta Bruno Augusto Sacchi Zaremba

Diretor presidente

Bruno de Abreu Freire

Diretoria

Petrônio Duarte Cançado

Gerente de contabilidade

Arthur Teixeira Rodrigues CRC RJ - nº 078781/O-0

Atuária

Claudia Novello Ribeiro MIBA nº 2029